

# A PRIMAZIA DO LATIM NA CONSTITUIÇÃO DAS LÍNGUAS ROMÂNICAS<sup>1</sup>

Luiz Antônio Lindo (USP)

**Resumo:** O artigo trata dos laços estreitos que unem o latim às línguas românicas. Procura-se mostrar como as aparentes divergências que parecem separá-las, como o emprego do artigo e a sintaxe, podem ser parcialmente explicadas como resultado de uma evolução combinada das respectivas estruturas.

**Palavras-chave:** Latim; Línguas românicas; Artigo; Sintaxe.

**Abstract:** The article focuses on the closed connections between Latin and the romance languages. Our aim is to show how their mutual apparent disagreement, as the usage of the article and the syntax, can be partially explained as a result of the concerted evolution of the respective structures.

**Keywords:** Latin; Romance languages; Article; Syntax.

Na vida das línguas é notória a relação que as aproxima entre si. Um caso particular dessa situação é o das línguas que só existem por terem sido engendradas a partir de outras. Tal dá-se, de maneira exemplar, com as línguas românicas em relação ao latim, como bem sabem os especialistas no assunto, acostumados a elaborar exposições minudentes dando conta dos paralelos de estrita dependência entre a língua-mãe latina e as línguas-filhas românicas<sup>2</sup>. No entanto, afirmar tal correlação implica ir além do primeiro contato

---

1 Título em inglês: The primacy of the Latin language in the composition of the romance languages.

2 A exposição dessa relação foi empreendida com força demonstrativa na monumental *Grammatik der romanischen Sprachen*, de M. Meyer-Lübke.

externo, revelador das discrepâncias estruturais fonéticas, morfológicas e sintáticas entre o latim e alguma das línguas românicas, além do que aponta a diversidade no significado das palavras que formam o vocabulário próprio de cada uma, circunstâncias vindas à luz invariavelmente por ocasião do seu exame pormenorizado<sup>3</sup>. A discrepância parece mesmo aumentar à medida que passa o tempo e se mergulha cada vez mais na experiência sincrônica românica. Uma série de indagações, então, surge: por que relembra o parentesco se as descendentes estão vivas e em pleno vigor físico e intelectual e a ascendente, morta e enterrada no cemitério das antiguidades? Por que insistir nos vínculos genéticos que as unem entre si, na sua relação de subordinante e subordinada, se o que está em uso agora é o que conta por cumprir todas as funções que se esperam dum idioma<sup>4</sup>? Uma vez superada e por fim abolida a lei do latim, que importa saber que a nova lei das românicas inspirou-se naquela? Não foi um grande momento na história das línguas europeias afiliadas ao latim conquistarem a sua emancipação, por terem crescido e atingido a idade adulta? Em outras palavras, que

3 A suposta obscuridade encontrada na relação entre o latim e o francês por gramáticos dos séculos XVI ao XVIII não os impediu de avistar afinidades e correspondências entre esta língua, o hebraico, o grego e o céltico. Vide B. Cerquiglini, *La Naissance du Français*, P. U. F., 1991, cap. I, *La question des origines*.

4 Uma certa resposta a esta indagação foi central na separação entre os “antigos” e os “modernos” em torno da questão do parentesco linguístico, de que resultou, por exemplo, a doutrina da “intranslatability” das línguas sustentadas por Locke em seu *Essay*. Vide H. Aarsleff, “Thought on Scaglione’s classical theory of composition: the survival of the 18th-century French philosophy before Saussure”, *Romance Philology*, XXIX, 4, (1976, p. 535).

vale procurar meios de investigar os elos do grupo românico com o latim, se aquele e só aquele está apto hoje a gozar de cidadania plena no universo da comunicação?

A hegemonia românica vigente, em que antes o latim imperava, foi possível graças a uma desromanização levada a efeito aproximadamente nos mesmos lugares onde antes Roma promovera uma romanização com resultados de caráter civilizatório. Com o fim do poderio romano, as famílias romanas de língua latina perderam a sua capacidade de influenciar as populações sob o seu domínio, como vinham fazendo. Com o tempo, em cada um dos reinos em que se dividiu o império, povos germânicos, tais os francos, os visigodos e os lombardos tiveram um papel relevante na remodelação do patrimônio romano recebido, de que resultou a criação de novas formas de organização política e o surgimento de novas línguas erguidas sobre as bases latinas herdadas. As formas pós-romanas da renovação ocidental, adotadas em consequência da desromanização, estão marcadas por um crescente afastamento da cultura romana e do que ela carregava consigo, ou seja, um complexo associativo de princípios e valores centrais na conformação cultural do mundo civilizado. Roma e a sua língua não foram as únicas afetadas, mas principalmente

o que elas representavam, na medida em que tinham sido depositárias de duas ilustrações: a grega, propiciadora da filosofia e das artes elevadas, e a bíblica, definida pela religião cristã. Estas duas influências tiveram papel central na formação da latinidade transmitida como um legado à Europa pós-romana. Entender esse fato dissiparia boa parte da perplexidade exibida no questionamento acima proposto. A própria perspectiva linguística pela qual se cogitasse supor a extensa, porém fracionária, idiomatização românica autêntica e autossuficiente, ver-se-ia matizada pelo conhecimento de que os pormenores fonéticos, morfológicos e sintáticos das línguas românicas, ao revelarem a sua união íntima com o latim, impõem uma constante análise das causas que lhes deram origem. Esse mesmo raciocínio, estendido à esfera do vocabulário, antes reforça que enfraquece o interesse em buscar as raízes comuns de Roma e do território sob a sua influência. Como consequência, o latim e as suas filiadas românicas, quando assim analisadas, entrariam no rol das coisas que só podem ser compreendidas plenamente quando examinadas em conjunto<sup>5</sup>. Procuremos investigar parte do alcance desse sincronismo de destinos.

5 Saussure deixou registrado que “as línguas românicas não são um epílogo imprevisto do latim, mas sua pura e simples continuação, exatamente como o inglês e o sueco ou o inglês moderno são a continuação do ramo germânico indo-europeu”. *Écrits de Linguistique Générale*, Gallimard, Paris, 2002.

Desde a sua criação, a língua de Roma foi repositório dum vocabulário eficaz, em que pese as possíveis distorções na inteligência da realidade das coisas, expressa nas palavras desse vocabulário. Um primeiro lote lexical bem constituído, castigado pelo uso frequentíssimo, complementou-se com termos adequados ao processo civilizatório, que caracterizou o destino histórico de Roma. Se a fase primeira foi marcada pela criação e pela assimilação seletiva de elementos indo-europeus preexistentes, a fase de desenvolvimento e enriquecimento foi marcada por uma assimilação residual de certos elementos culturais oriundos de territórios comunicantes com Roma, mormente gregos. Por fim, a ulterior propagação, pela România e adjacências, do patrimônio semântico acumulado no léxico latino, veio a fornecer a matéria-prima da linguagem em ato no Ocidente, fato verificável no transcurso de séculos até os dias de hoje<sup>6</sup>. Em consequência de seu ativismo permanente, o vocabulário latino deve ser tratado como

---

6 No que respeita à língua filosófica, vide Hamesse (ed.), *Aux Origines du Lexique Philosophique Européen L'Influence de la Latinitas*, Louvain-la-Neuve, 1997, especialmente o ensaio de A. de Libéra, "Le latin, véritable langue de la philosophie?" Adicionalmente, vide, sobre a língua dos *Latini*, ou seja, a dos que na Idade Média escreviam em latim, por se tratar do instrumento de rigor da alta cultura, L. Traube, "Die lateinische Sprache des Mittelalters", in *Vorlesungen und Abhandlungen*, O. Beck, Munique, 1909, vol. 2, II. Vale lembrar a propósito Lorenzo Valla (1405-1457), quando em sua polêmica com o anticiceronianismo, reivindicou para a língua do Lácio o gênio da sabedoria universal e cristã. Para ele, o latim era "a saúde do orbe terreno... [que] forneceu o caminho para toda a sabedoria" (*Apud* G. Toffanin, *Historia del Humanismo*, trad. De B. L. B. Carpineti e L. M. de Cádiz, Buenos Aires, 1953, p. 257).

uma fonte que jorra incessantemente no vocabulário das línguas civilizadas ocidentais<sup>7</sup>.

Se, no seu conjunto, o latim pode ser considerado o manancial donde brotam as línguas românicas, os laços indissolúveis que o unem a estas tomam a feição duma relação de causa e efeito. Uma vez que há a causa, que é o latim, tem-se o efeito, que é o grupo românico. Ou, por outra, há que se admitir a criação do grupo românico por força do latim. Para melhorar o entendimento dessa relação substancial, pode-se, a princípio, dizer que o latim é a causa eficiente das línguas românicas. Assim, a invenção do românico é uma extensão do mesmo movimento que engendrou o latim. E o desenvolvimento do românico foi possível à medida que prosseguiu a imitação do latim. Os laços entre o doador e o donatário prescindem de outros intermediários, bastando a relação de dependência de um para com outro a fim de explicar a criação do novo complexo linguístico. Trata-se, pois, de ter em vista laços causais entre a fonte que jorra e o receptáculo que retém e redistribui o produto.

Um aspecto que sobressai na comparação entre o latim e o românico diz respeito à *morphé* ou figura exterior das

---

7 Citando Gougenheimet al., *L'Élaboration du Français Élémentaire*, P. Wunderliconstata: "A essência do vocabulário francês é de origem latina. Das 1063 palavras mais frequentemente utilizadas no francês, acima de 96% possuem um étimo latino". *Französische Lexikologie, Einführung in die Theorie und Geschichte des Französischen Wortschatzes*, Tübingen, 1989, p. 33.

palavras que compõem o respectivo arsenal léxico. Um simples olhar revela de pronto que, no geral, o latim e o românico exibem traços comuns, embora pelo critério do exame da figura exterior não se chegue ao conhecimento propriamente da língua em sua organicidade. As semelhanças a este título revelam uma correspondência que supõe valor epistemológico, pois por ele se reforça a impressão do parentesco linguístico e se introduz um outro pormenor na comparação, qual seja a possibilidade de se pensar no latim como causa material do românico<sup>8</sup>, visto que, a partir dos corpos de palavras latinas, o românico veio a constituir o grosso do seu próprio léxico.

Por outro lado, os instrumentos heurísticos empregados na moldagem das românicas<sup>9</sup> levaram a uma modificação relevante das formas exteriores quando comparadas com as latinas. Estas formas foram alteradas acrescentando-se ou subtraindo-se componentes funcionais das formas substanciais como o nome e o verbo; também foi alterada profundamente a ordem das palavras na oração; foram criados e/ou abolidos fonemas, chegando-se a vocalismos

---

8 Para as variantes do conceito de causa aqui empregados consulte-se Aristóteles, *Metafísica* (1991, 1013a-1014b).

9 Ao dar destaque à arte de composição da língua, parte-se da premissa de que os fatores centrais na sua constituição e funcionamento não se explicam em última análise por seu uso, mas, principalmente, pela intervenção lúcida de seus idealizadores tendo diante de si um objeto a compor, vale dizer, pelo domínio da arte de construir línguas, especificamente a empregada, no caso em tela, na produção do latim.

e consonantismos específicos. Poucas dessas movências representaram, porém, uma criação substancial. É o que têm mostrado os estudos mais penetrantes, que perscrutam os resultados inovadores obtidos no contexto românico. Adiante, tocaremos em pontos conhecidos da inovação românica, particularmente a adoção do artigo e a sintaxe padrão do francês<sup>10</sup>.

A mutação do sistema vocálico do latim, ocorrida na passagem para o românico, ou seja, a transformação do sistema de vogais baseado nas quantidades para o das qualidades e o concomitante desaparecimento do acento musical em favor do acento de intensidade<sup>11</sup>, por mais que tenha influído no relaxamento da relação com a língua-mãe, em razão das profundas alterações que provocou nos radicais das palavras, manteve praticamente intactos tanto a sílaba acentuada<sup>12</sup> quanto os semantemas associados àqueles radicais.

10 A observação e a descrição das semelhanças e das disparidades deu ensejo a uma vasta literatura comparativista, possível em razão das inúmeras coincidências e correspondências registradas na existência de cada uma, mas também marcada pela perplexidade em fazer ciência com as diferenças que as separam.

11 Vide de W. S. Allen *Vox Latina*, Cambridge, 1978, e *Accent and Rhythm*, Cambridge, 1973.

12 “O acento da palavra encontra-se, por regra geral, no latim vulgar e no românico na mesma sílaba como no latim literário (p. ex., *matúru*>it. *matúro*, esp. e port. *maduro*, fr. arc. *měúr*, etc.)”, (H. Lausberg, *Linguística Românica*, Lisboa, 1981, § 149, p. 107), (V. Väänänen, in *Introduction au Latin Vulgaire*, Paris, 1981, p. 33), reitera esse ponto: “Quelle que fût l’évolution de l’accent dans le parcours du latin au roman, sa place n’a pas changé, et cette stabilité est un fait capital. La syllabe qui était accentuée en latin reste, en règle générale, le sommet rythmique du mot roman, nonobstant les accidents phonétiques subis par la voyelle qui en est frappée: tepidu > it. tiepido, esp. tibio, fr. tiède > duòdecim > it. dódici, esp. doce, fr. douze > civitate > it. città, esp. ciudad, fr. cité, etc.”.



Outro exemplo da sobredeterminação linguística operada pelo latim e, por extensão, pelas línguas clássicas sobre as línguas neolatinas, observa-se no caso da adoção nestas do artigo, um item virtualmente inexistente no latim. Teria sido a adoção do artigo uma inovação, no sentido dum aperfeiçoamento que o latim não soube fazer no seu devido tempo? Como quer que seja, dois pronomes latinos foram empregados inicialmente em românico como um meio de suprir a falta do artigo definido na língua clássica. São eles *ipse* e *ille*. O *ipse* foi introduzido primeiro, mas ficou confinado a línguas periféricas. O *ille*, por sua vez, veio a prevalecer na maior parte da România, mormente nas línguas literárias. Ao ser incorporado ao sistema de sinais, o artigo enriqueceu as formas de determinação nominal e ajudou a fixar o ritmo da oração na sintaxe dita regular. Forma átona, do ponto de vista rítmico, e de curta extensão, do ponto de vista semântico, ele tanto contribuiu para a cristalização da sintaxe inovadora do românico, reforçando-a, quanto tornou mais explícita a relação do sujeito da oração com o modo de ser individual<sup>13</sup>. Observada de mais perto, porém, a introdução do artigo no românico parece-se menos com uma criação do que com

---

13 No sentido de que, na sua função original, levava “o ouvinte a tomar consciência de que o substantivo que se lhe seguia” fosse reconhecido ou se fizesse reconhecido (E. Gamillscheg, *Historische Französische Syntax*, Tübingen, 1957, p. 63).

uma confirmação dum estado de coisa gramatical que já ganhara foros de cidadania no grego, uma língua-guia para toda a latinidade clássica e na qual o emprego do artigo atingira grau máximo de eficácia, chegando a servir para nuançar o estilo e ressaltar as qualidades individuais do nome na frase.

Por sua trajetória no grego, soa, portanto, compreensível que o artigo viesse a integrar as línguas românicas, um item que haveria de contar no esforço para atingir o máximo de perfeição, aproximando-as das línguas cultas<sup>14</sup>. Entretanto, o artigo não significa por si mesmo a garantia duma cultura elevada, como o demonstra a sua existência numa língua como o gótico<sup>15</sup>. Além disso, como a sua introdução se dera ainda nos albores da formação românica, seguindo arquétipos latinos já atuantes no latim, mais tarde reaproveitados no chamado latim vulgar e nas neolatinas<sup>16</sup>, não se poderia esperar que, com ele, germinasse um movimento de sobre-eminência capaz de levar a uma superação dos melhores exemplos de línguas passadas. Por isso, a curiosidade, que só ia satisfazer-se com o “apenas procurar saber”, se a introdução do artigo, ao dar curso à tendência evolutiva de estruturação

14 J. Wackernagel afirma, no entanto, que a falta do artigo “pode ser uma evidência de evolução intelectual inferior” do latim em comparação com o grego *Lectures on Syntax*, Oxford, 2009, p. 559.

15 O gótico conhecia o artigo definido. O indefinido conhecia-o o Alto Alemão antigo. Vide O. Behaghel, *Die Deutsche Sprache*, Leipzig, (1902, p. 310).

16 Vide G. Rydberg, “Monosyllaba im Französischen, Die Artikelformen”, in *Zur Geschichte des Französischen* 2, Upsala, (1897, p. 409-420).

do grupo românico, teve causas externas ou internas, ou seja, se foi animada no melhor dos casos, pelo exemplo grego<sup>17</sup>, ou se resultou de uma das intervenções modeladoras ou reparadoras executadas nos albores da formação neolatina, visando ao seu máximo aperfeiçoamento, condição esta considerada *sine qua non* para a sua entrada no concerto das línguas cultas.

O fato de o artigo não ser uma novidade, quando línguas como o francês e o italiano passaram a empregá-lo com regularidade, sob a forma do pronome demonstrativo *ille*, é acolhido como um dado a mais, ao se dar encaminhamento ao seu estudo específico<sup>18</sup>. Que o indo-europeu acessível não o tivesse conhecido<sup>19</sup>, mostra o quanto ele era dispensável nas línguas dele derivadas, o que permite entender a sua eventual ausência numa língua de cultura como o latim. A sua presença ativa no grego, por outro lado, revela que, na sua forma explícita de realce do nome, ele permitia realizar o que já estava latente, e mesmo ir além, ao fornecer meios

---

17 H. Lausberg sugere que a adoção do artigo deu-se por influência do adstrato grego (1981, p. 351).

18 No âmbito românico o texto gramatical mais antigo a empregar o termo artigo foi o *Regles de Trobar*, de Jofre de Foixà, de 1290, o qual tomou por modelos os *Razos de Trobar*, de Raimon Vidal, e o *Donat Proensal*, ambos do início do século XIII. Ali se lê: “Articlesson VII, ço es saber *li, le, la, lo*, e aquestz se ajusten ab nomen singular; *li, las, los*, aquestz s’ajusten ab nomen plural”. (Apud S. Heinimann, “Die Lehre vom Artikel in den romanischen Sprachen von der mittelalterlichen Grammatik zur modernen Sprachwissenschaft: ein Beitrag zur Geschichte der grammatischen Begriffsbildung”, *Vox Romanica*, 24, 1965, p. 31).

19 Vide, a respeito, E. Schwyzler, A. Debrunner, *Griechische Grammatik*, 2, Munique, (1950, p. 19-20). Também O Behaghel (1902, p. 310).

de particularizar os componentes da oração<sup>20</sup>. É possível que os antecedentes gramaticais do artigo no grego tenham habilitado a sua especialização dentro do românico como um instrumento de “demonstração anafórica”, nos termos propostos por G. Guillaume<sup>21</sup>, ou por B. L. Gildersleeve<sup>22</sup>. O certo, porém, é que o artigo transferiu para o românico, a partir de sua adoção, a ambiguidade inata manifesta na sua eventual ausência no indo-europeu e no latim<sup>23</sup>. A especialização a que foi submetido no curso das línguas em que se abrigou levou-o a cumprir uma função precipuamente referencial, pela qual “ajuda a estabelecer a existência de objetos num domínio discursivo (os ‘referentes’), e, secundariamente, a distinguir estes objetos entre si no interior do domínio discursivo” (Epstein, 1995, p. 58)<sup>24</sup>. Entretanto, no período de glória do latim redivivo, ou seja, no Renascimento, o artigo chegou a ser tratado pelo critério do que era, então, a língua melhor e, por isso mesmo, foi desprezado. J. C Scaligero, um paladino da latinidade,

20 B. L. Gildersleeve destaca esta passagem no *Teeteto*, 188b, de Platão (1902, p. 122).

21 In *Le Problème de l'Article et sa Solution dans la Langue Française*, Paris, (1919).

22 Para este autor, “o artigo é a expressão explícita do que está implícito no nome; i[pp]ov não é “um cavalo”, mas “o cavalo”, e o artigo particular reforça o que quer que ele seja na terminação que fixa a ação ou qualidade flutuante num indivíduo”. “I – Problems in Greek syntax, V, the article”, in *American Journal of Philology*, XXIII, 2, 1, (1902, p. 121-122).

23 “O artigo pertence aos termos científicos procedentes da antiguidade que até hoje não são conceitualmente fixados com clareza” (HEINIMANN, 1965, p. 24). O termo α[ρ]ρον passou a constar da teoria gramatical no século IV, englobando os pronomes e o artigo. Em latim, na tradução *articulus*, o termo é encontrado já em Plauto e no *De Lingua Latina* de Varrão com o significado de “articulação” (HEINIMANN, 1965, p. 25).

24 Este autor defende uma função complementar para o artigo, além da referencial, qual seja, a de expressar a subjetividade.

acreditava que o artigo definido não passava de flabellum loquacissime gentis<sup>25</sup>. Afora o caso específico da função referencial particularizante da substância individual, o artigo cumpre outro papel que lhe daria nova relevância no âmbito das línguas românicas, qual seja o de permitir ajustes no ritmo da frase românica<sup>26</sup>. Assim, há bem alguma razão nos latinos em prescindirem dessa partícula quando ela não contribua para essa mesma finalidade e, ao contrário, entender em que ela compromete a formação do estilo lapidar que lhes é tão congenial.

Outro ponto a merecer nossa atenção, neste breve comentário sobre fenômenos inovadores na passagem do latim às línguas românicas, é o da ordem das palavras. Como se sabe, no latim, a ordem das palavras é livre, ou seja, a sequência dos grupos nominal e verbal na frase declarativa não cumpre um papel propriamente sintático, mas antes estilístico. Isto vale para o latim clássico e, também, deveria valer para o latim tardio em uso literário ou oral no período de sua dissolução e transformação concomitante em protorromânico e, por fim, em românico, entre os séculos III e IX<sup>27</sup>. Todavia, o

25 *Apud* B. L. Gildersleeve, 1902, p. 122.

26 H. F. Muller procurou demonstrar que no francês antigo o grupo nominal recebeu um reforço acentual ao se fazer acompanhar do adjetivo demonstrativo (*ille* ou *ipse*), uso que haveria de ter efeitos sintáticos e por fim contribuir para a fixação da sintaxe dita francesa. Vide “*The beginnings of French word order*”, in *Modern Language Notes*, 57, 7, (1942, p. 546-547).

27 Seguimos a periodização formulada por M. Banniard em seus múltiplos trabalhos sobre essa

fato marcante por trás da mudança na sintaxe do latim, ocorrida nesse longo espaço de tempo, foi a sua conversão numa sintaxe altamente inflexível no domínio românico, particularmente no francês. Como se sabe, esta língua, já no princípio, como têm mostrado os estudos sistemáticos dos primeiros monumentos literários do francês antigo<sup>28</sup>, optou por uma construção de frase de formato linear sustentada na fórmula sequencial Sujeito-Verbo-Complemento. O fato tem contornos de originalidade, quando se procura estabelecer os nexos, convergentes ou divergentes, com a língua donde se partiu para se chegar a esse resultado, no caso, o latim. As inúmeras tentativas de explicar a peculiaridade da ordem românica, representada exemplarmente pelo francês, remetem invariavelmente a uma confrontação com a sintaxe observada na língua clássica, sem a qual não se pode avaliar, a contento, a significação do fenômeno. Assim procedendo, descobre-se que, por maior que seja o contraste entre a composição da oração no latim e no românico, é possível afirmar que o distanciamento começou a se delinear no próprio

---

questão, mormente em *Viva Voce Communication Écrite et Communication Orale du IVe au IXe Siècle em Occident Latin*, Paris, (1992). Vale lembrar no mesmo espírito a tese homóloga de H. F. Muller, por ele defendida em várias ocasiões.

28 Ressalte-se, a propósito, o estudo de J. Herman, intitulado “Recherches sur l’ordre des mots dans les plus anciens textes français en prose”, in *Du Latinaux Langues Romanes Études de Linguistique Historique*, Tübingen (1990), apoiando-se em dados estatísticos suplementares, analisa os fatores que contribuíram para a fixação da ordem Sujeito-Verbo-Complemento nos primeiros documentos a exibirem tal regularidade.

latim, a partir de novas combinações de elementos discursivos, entre eles o emprego frequente dos pronomes demonstrativos *ille* e *ipse* em função sintática acentual, ou seja, como partículas componenciais na fixação do novo agrupamento nominal, que se vinha desenvolvendo no período do latim popular falado. Como frisou M. Pei,

[...] é francamente evidente que os textos do período do latim vulgar [...] apresentam um uso cada vez mais frequente tanto de *ipse* como de *ille* na dupla função de artigos definidos e pronomes pessoais. Este emprego, que é bem mais aparente na segunda do que na primeira metade do século VIII, constitui uma evidência do desenvolvimento sintático que vinha ocorrendo na língua, a despeito das tendências reformadoras de Pepino e de Carlos Magno. (1932, p. 201)

Quando, de maneira regular, esses demonstrativos passaram a servir ao nome e, portanto, deixaram de cumprir sua função própria, o grupo nominal ao qual se juntaram fixou-se com um peso extra na posição inicial da frase. Inúmeros exemplos dessa ocorrência encontram-se em textos escritos a partir do século VI, mas com predominância maior a partir do VIII, ou seja, na fase de mutação linguística acelerada do latim para as românicas. Tal se vê no *Liber Historia Francorum* (c. 730) e na Regra de Chrodegang (c.

750), nos quais as ocorrências do adjetivo demonstrativo aparecem numa frequência aproximadamente quatro vezes maior do que em textos anteriores, como a *Historia Francorum* (c. 580) e a *Regra de São Benedito* (c. 550)<sup>29</sup>. Ao mesmo tempo que se tornam mais frequentes, os adjetivos demonstrativos passam, quando empregados na função acentual sintática, junto ao nome, a anteceder-lo, ao passo que continuam a seguir-lo, quando empregados em sua função original demonstrativa.

A ordem românica de palavras não era, de modo algum, desconhecida na Antiguidade Clássica, já que existem indícios de que estivesse presente na fala. Há esta passagem, em Quintiliano, que alude tanto a uma possibilidade de ordem à românica no linguajar quotidiano, quanto ao costume oposto predominante na língua literária: “Sei que há certos escritores que frustrariam todo estudo da estrutura artística e sustentariam que a língua tal como se dá a conhecer no seu estado rústico é mais natural e até mais viril<sup>30</sup>”. Nas *Partitiones Oratoriae*, VII, 24, Cícero refere-se a uma ordem direta (*rectus ordo* ou *directe*) obtível por meio duma transformação:

---

29 Estes dados constam do artigo de H. F. Muller (1942, p. 547).

30 “Neque ignoro quosdam esse, qui curam omnem compositionis excludant, atque ilium horridum sermonem, ut forte fluxerit, modo magis naturalem, modo etiam magis virilem esse contentant”. *Institutio Oratoria*, 9, 4, 3. Segue-se uma conscienciosa argumentação pela *cura da compositio* como maneira de chegar ao discurso perfeito.



Para as palavras unidas a outras há duas maneiras de mudar, não as palavras, mas a sua ordem simplesmente; quando se tiver apresentado o pensamento seguindo a ordem direta e natural, inverta-se a ordem e se expresse a mesma ideia seguindo, por assim dizer, a ordem inversa e contrária; também podem-se separar as palavras que se constroem conjuntamente e até permutar as palavras entre si.<sup>31</sup>

No cenáculo da *Encyclopédie*, esse trecho tirado de Cícero fora objeto da controvérsia travada entre Nicolas Beauzée e Charles Batteux, em torno da existência ou não entre os antigos da mesma ordem “direta” característica do francês<sup>32</sup>. O uso dum texto como possível legitimador da sintaxe românica pode estender-se para outros autores, que trataram do mesmo assunto na era pré-românica. Se se tomar como referência Pseudo-Longino, podem-se avaliar as posições que se afastam ou se aproximam das suas. Em *Do Sublime* (*On the Sublime*), ao tratar do hipérbato, pressupondo o ganho que este representa sobre um estilo que adotasse uma ordem “normal”, Pseudo-Longino diz: “[...] entre os melhores autores é por meio do hipérbato que a imitação aproxima-se dos efeitos da natureza. Pois a arte é perfeita quando parece

31 “In coniunctis autem verbis duplex adhiberi potest commutatio, non verborum, sed ordinis tantummodo, ut, cum semel dictum sit directe, sicut natura ipsa tulerit, invertatur ordo et idem quae sursum versum retroque dicatur, deinde idem interscise atque permixte”. *Partitiones Oratoriae*, VII, 24.

32 Vide a menção à polêmica em (Scaglione, *The Classical Theory of Composition From its Origins to the Present A Historical Survey*, Chapel Hill, 1972, p. 88-89).

ser natural, e a natureza atinge o alvo quando contém a arte oculta em si” (1907, cap. XXII). Como acentuou A. Scaglione, “ao tratar com as figuras, o Pseudo-Longino sublinhou o efeito da naturalidade produzida pelas infrações da ordem normal no processo de expressar emoções, de maneira mais típica através do hipérbato, porque as paixões fortes desviam do comportamento ordenado” (1972, p. 79). Essa posição, como se vê, estabelece uma regra para o discurso literário: o de seguir a natureza das coisas em cada circunstância.

Dionísio de Halicarnasso, evocando o mesmo tema, mas não a mesma tese, observou: “[...] deveríamos seguir a natureza tanto quanto possível, e juntar as partes do discurso como ela exige. Por exemplo, acho que deveria colocar os nomes antes dos verbos (pois aqueles indicam a substância, e estes o acidente, e na natureza das coisas a substância vem antes de seus acidentes)”, (DIONÍSIO DE HALICARNASSO, 1985, p. 47). Nesta passagem, Dionísio, ao falar em substância e acidente e adotar um ponto de vista lógico-gramatical na discussão da composição, mostra sua progenitura aristotélica, à qual também se irmanarão Apolônio Díscolo e Prisciano. Mas, a posição de Dionísio, conquanto evocadora da sintaxe românica, diverge desta por se recusar a dar a “nome” o mesmo significado que “sujeito”.

Corroboram essa discrepância os exemplos que dão, a seguir, as passagens de Homero, nas quais o nome pode tanto ocupar a posição de sujeito como de complemento. A sua opinião sobre o assunto, à luz desses exemplos, é conhecida: “A teoria é persuasiva, mas decidi que não é válida. De qualquer modo, podem-se fornecer outros exemplos do mesmo poeta nos quais o arranjo está em oposição a este, conquanto aquelas linhas não sejam menos belas e convincentes” (DIONÍSIO DE HALICARNASSO, 1985, p. 49). Ou ainda: “Este princípio [a colocação dos advérbios após os verbos], como os demais, é atraente; mas é igualmente infundado” (DIONÍSIO DE HALICARNASSO, 1985, p. 51). Após fornecer exemplos ilustrativos do que dissera, emite o seu juízo final condenatório da aplicação, no discurso literário, da ordem determinada ontologicamente:

Pensei que fosse certo colocar meus nomes antes de meus adjetivos, os nomes comuns antes dos próprios, e os pronomes antes dos nomes comuns; e com os verbos, cuidar para que o indicativo antecedesse os outros modos, e os verbos finitos os infinitivos, e assim por diante. Mas a experiência fez capotar todas essas conjecturas e mostrou que elas eram completamente imprestáveis. Às vezes a composição ficava agradável e bela com esses e outros arranjos similares; outras vezes,

não com eles, mas com o tipo contrário. Assim, por essas razões, abandonei tais teorias. (DIONÍSIO DE HALICARNASSO, 1985, p. 53)

Como se depreende, para Dionísio, o princípio artístico assumido pelo escritor deve prevalecer no arranjo verbal.

Outro tratadista no campo da retórica escolar, Demétrio, recomenda a ordem “direta” no estilo chão: “Em geral, afirma ele, a ordem natural das palavras deveria ser seguida, como na frase ‘Epidamno é uma cidade à sua direita quando navegas rumo ao golfo jônio’. Primeiro vem o sujeito, definido como uma cidade, em seguida as demais palavras na sucessão requerida<sup>33</sup>” (DIONÍSIO DE HALICARNASSO, 1902, p. 198). A inversão desta sequência também é mencionada por ele, com a observação: “Absolutamente não aprovamos uma ordem nem condenamos a outra, quando simplesmente apresentamos o método natural de arranjar as palavras” (DEMETRIO, 1902, p. 200).

Apolônio Díscolo, o primeiro gramático conhecido a se dedicar extensamente à análise da sintaxe, dá uma definição da construção (*syntaxis*) da frase em que as partes devem ser ordenadas por justaposição das palavras, ou seja, em base racional. Depois de definir os pré-requisitos para a perfeita construção, ele considera a ordem dos elementos da frase

33 *Demetrius on Style*, trad. de W. Rhys Roberts, Cambridge, 1902, IV, 198.

como essencial à congruência que dela se espera: “Se é possível, diz, mostrar a razão para a ordem dos elementos explicando porque alfavem primeiro, seguido de beta, certamente se mostrará a razão também para a ordem das partes da frase e se explicará por que o nome vem primeiro seguido do verbo” (1997, p. 13)<sup>34</sup>. A ordem em referência, “à imagem da frase completa”, consiste em “dispor primeiro o nome, seguido do verbo, o que é por completo pertinente, pois frase alguma poderia ser construída sem eles” (APOLONIO DISCOLO, 1997, p. 14). No exemplo por ele fornecido<sup>35</sup>, é apresentada uma frase completa com todas as partes do discurso, salvo a conjunção.

Apolônio influenciará Prisciano nos livros sintáticos (*De constructione* - XVII e XVIII) das suas *Institutiones Grammaticae*, como este mesmo admitiu<sup>36</sup>. E a partir de Prisciano, como observou Scaglione, “[...] tem-se a primeira impressão clara de que as noções relativas à ordem de palavras e à composição, antes propriedade exclusiva do retor, entraram definitivamente no reino do tratado gramatical na divisão da sintaxe, ao menos numa forma embrionária” (SCAGLIONE, 1972, p. 82). Pelos conceitos

---

34 *De la Construction*, trad. de J. Lallot, Paris, 1997, I, 13.

35 Ho autós anthrôpos olisthêsas sêmeron kat-épesen (o mesmo homem tendo escorregado hoje de-caído). Sobre esta frase ele opera uma supressão gradual dos componentes supérfluos, até chegar ao cerne, constituído de sujeito mais verbo: anthrôpos épesen (homem caído).

36 “Apollonii auctoritatem sumus secuti”, in *Grammaire Livre XVII – Syntaxe*, 1, Paris, 2010, § 107.

que emprega, Prisciano introduz, na sua sintaxe, conceitos da lógica aristotélica que entram em choque com a prática literária dos autores latinos. Isto se vê quando ele diz:

[...] é preciso saber que a correção da ordenação requer que o pronome ou o nome sejam antepostos ao verbo, como *ego et tu legimus*, *Vergilius et Cicero scripserunt*, na medida em que a substância, mais precisamente a pessoa do agente, ou a do paciente [...] deve naturalmente anteceder o ato em si, que é tão-só um acidente da substância. (SCAGLIONE, 1972, p. 105)

E quando, logo em seguida, acrescenta a ressalva: “No entanto, é possível também enunciar tudo isso num outro sentido, valendo-se das liberdades tomadas pelos autores” (SCAGLIONE, 1972, p. 105). Significa isto que, na perspectiva prisciana, quanto mais distante se estiver da influência da escrita latina clássica, menos ressalvas se terá que fazer para defender e autorizar a composição lógico-sintática.

Como observou C. H. Kneepkens, “o estímulo para fornecer uma estrutura para a sintaxe veio da lógica” (1987, p. 141)<sup>37</sup>. Nos séculos XI e XII gramática e lógica confundiram-se, até que, em meados do XII, sob a liderança de Pedro Helias, foi possível separá-las definitivamente<sup>38</sup>.

37 Vide “On medieval syntactic thought with special reference to the notion of construction”, in *Histoire Épistémologie Langage*, 12, 2, (1990, p. 141).

38 “Ele tentou distinguir com nitidez a lógica e a gramática” (J. Pinborg, *Die Entwicklung der Sprachtheorie im Mittelalter*, Kopenhagen, 1967, p. 23). “Ele não transferiu a categorização lógica

No quadro referencial teórico desenvolvido no século XII<sup>39</sup>, pela óptica da noção quadripartida da ordem de palavras (natural, usual, artificial e lógica), somente a ordem lógica prescreve peremptoriamente que o sujeito há de vir antes do predicado<sup>40</sup>. Assim, na teoria, toma corpo uma definição para a questão da ordem dos constituintes da oração: a ordem regular será constituída pelo sujeito primeiro, seguido pelo predicado. A oportunidade de se adotar esta ordem, a qual será a tônica da formalidade sintática em românico, particularmente no francês, já fora, no entanto, tratada, como se viu, nas disquisições dos gramáticos que discutiam o tema ainda na esfera da latinidade.

## REFERÊNCIAS

- Aarsleff, H. (1976). Thought on Scaglione's classical theory of composition: the survival of the 18th-century French philosophy before Saussure (XXIX, 4), Romance Philology.
- Allen, W. S. (1978). Vox Latina. Cambridge.
- \_\_\_\_\_. (1973). Accent and Rhythm. Cambridge.
- Apolônio Díscolo. (1997). De la Construction. (J. Lallot, Trad.). Paris.
- Aristóteles. (1991). Metaphysics. In The Complete Works of Aristotle, The Revised Oxford Translatio. (J. Barnes, Ed.). (W. D. Ross, Trad.). Princeton.
- Banniard, M. (1992). Viva Voce Communication Écrite et Communication
- 
- para a gramática, mas elucidou as categorias gramaticais transmitidas do passado com uma terminologia que procurou adaptar à nova lógica" (Pinborg, 1967, p. 24).
- 39 "Período normalmente tido por crucial para a organização e o desenvolvimento da sintaxe na tradição gramatical ocidental", (C. H. Kneepkens, "*Ab omni homine habetur aliquod capud*: a note on the concept of word-order in 12th-century gramatical Thought", *Vivarium*, 25, 2, 1987, p. 146).
- 40 Vide I. Rosier, "Transitivité et ordre des mots chez les grammairiens médiévaux", in AA. VV., *Materiaux pour une Histoire des Théories Linguistiques*, Lille, 1984, p. 184.

Orale du IV<sup>e</sup> au IX<sup>e</sup> Siècle en Occident Latin. Paris.

Behaghel, O. (1902). *Die Deutsche Sprache*. Leipzig.

Cerquiglini, B. (1991). *La Naissance du Français*. PUF.

Epstein, R. (1995). L'article défini en ancien Français: l'expression de la subjectivité, In *Langue Française* (p.107).

Demétrio. (1902). *Demetrius on Style*. (W. Rhys Roberts, Trad.). Cambridge.

Dionísio de Halicarnasso. (1985). *Dionysius of Halicarnassus The Critical Essays in Two Volumes, II, On Literary Composition*. (S. Usher, Trad.). Londres.

Gamillscheg, E. (1957). *Historische Französische Syntax*. Tübingen.

Gildersleeve, B. L. (1902). Problems in Greek syntax, II – The article ( XXIII, 2). *American Journal of Philology*.

Guillaume, G. (1919). *Le Problème de l'Article et sa Solution dans la Langue Française*. Paris.

Hamesse , J. (1997). *Aux Origines du Lexique Philosophique Européen L'Influence de la Latinitas*. Louvain-la-Neuve.

Heinimann, S. (1965). *Die Lehre vom Artikel in den romanischen Sprachen von der mittelalterlichen Grammatik zur modernen Sprachwissenschaft: ein Beitrag zur Geschichte der grammatischen Begriffsbildung* (Vol. 24). *Vox Romanica*.

Herman, J. (1990). Recherches sur l'ordre des mots dans les plus anciens textes français en prose, In *Du Latin aux Langues Romanes Études de Linguistique Historique*. Tübingen.

Kneepkens, C. H. (1987). *Histoire Épistémologie Langage*. Vivarium.

Lausberg, H. (1981). *Linguística Românica*. Lisboa.

Meyer-Lübke, W. (1890). *Grammatik der romanischen Sprachen*. Leipzig.

Muller, H. F. (1942). The beginnings of French word order. In *Modern Language Notes*.

Pei, M. A. (1932). *The Language of the Eight-Century Texts in Northern France A Study of the Original Documents in the Collection of Tardif and*



Other Sources. New York.

Pinborg, J. (1967). *Die Entwicklung der Sprachtheorie im Mittelalter*. Kopenhagen.

Prisciano. (2010). *Grammaire Livre XVII – Syntaxe*. Paris.

Pseudo-Longino. (1907). *On the Sublime*. (W. Rhys Roberts, Trad.). Cambridge.

Quintiliano. (2001). *Institutio Oratoria*. (Ed. Adriano Pennacini, Einaudi, Torino).

Rosier, I. (1984). *Transitivité et ordre des mots chez les grammairiens médiévaux*, In AA. VV., *Materiauxpour une Histoire des Théories Linguistiques*. Lille.

Rydberg, G. (1897). *Monosyllaba im Französischen, Die Artikelformen*, In *Zur Geschichte des Französischen*. Upsala.

Saussure, F. De. (2002). *Écrits de Linguistique Générale*, Gallimard. Paris.

Scaglione, A. (1972). *The Classical Theory of Composition From its Origins to the Present A Historical Survey*. Chapel Hill.

Schwyzler, E. (1950). *A. Debrunner, Griechische Grammatik*. Munique.

Toffanin, G. (1953). *Historia del Humanismo*. (B. L. B. Carpineti; L. M. de Cádiz, Trad.). Buenos Aires.

Traube, L. (1909). *Die lateinische Sprache des Mittelalters*. In *Vorlesungen und Abhandlungen*; O. Beck. Munique.

Väänänen, V. (1981). *Introduction au Latin Vulgaire*. Paris.

Wackernagel, J. (2009). *Lectures on Syntax*. Oxford.

Wunderli, P. (1989). *Französische Lexikologie, Einführung in die Theorie und Geschichte des Französischen Wortschatzes*. Tübingen.

**Luiz Antônio Lindo** – possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1981), graduação em Jornalismo pela Faculdade de Comunicação Social Casper Líbero (1977), mestrado em Letras (Teoria Literária e Literatura Comparada) pela Universidade de São Paulo (1992) e doutorado em Letras (Letras

Clássicas) pela Universidade de São Paulo (1999). Atualmente é professor-doutor da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Filologia Românica, atuando principalmente nos seguintes temas: americanismos léxicos, filologia românica, cultura, linguagem e léxico.

*Recebido em 06 de junho de 2015.*

*Aprovado em 02 de agosto de 2015.*